

O USO DE APLICATIVOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO APOIO AOS CONSELHOS TUTELARES. *Juliana C. do R. Barros. Martine D. Medeiros. Ana Paula de A. Lopes. Rodrigo S. González.* (Centro de Ciências Jurídicas. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. UNISINOS).

O Conselho Tutelar, composto por cinco membros com mandatos de três anos, criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), possui a difícil incumbência de fazer garantir os direitos de crianças e adolescentes. Constatase que ao assumirem o cargo de conselheiro tutelar, estes encontram dificuldades quanto a medida à aplicar em determinados casos concretos. Diferente dos Tribunais, no Conselho Tutelar não há jurisprudência, o que dificulta ainda mais o trabalho dos conselheiros tutelares, ou seja, em caso de dúvidas à que recorrer? Tais dúvidas só sanam com a experiência acumulada ao longo do mandato. Tal situação cria um círculo vicioso de incertezas, pois ao término do mandato o conselheiro leva consigo toda a experiência que obteve e um novo conselheiro assume, começando novamente seu processo de capacitação. O objetivo desta pesquisa é analisar até que ponto seria possível utilizar aplicativos de inteligência artificial, tais como sistemas especialistas e raciocínio baseado em casos, para a ajuda na tomada de decisões dos Conselhos Tutelares o que possibilitaria uma maior dinâmica aos casos recebidos pelo conselho, refletindo diretamente numa maior efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Num primeiro momento foi feito o levantamento bibliográfico do que há escrito sobre os Conselhos Tutelares e a leitura das obras mais relevantes, seguido de uma pesquisa acerca da realidade nos Conselhos Tutelares hoje, para tanto utilizamos *survey*, onde foram entrevistados representantes de 77 municípios, e ainda de entrevistas estruturadas com os Conselhos de Esteio, São Leopoldo, da micro-região 2 e 8 de Porto Alegre e de Goiânia/GO. Segue-se o levantamento bibliográfico e fichamento das obras relacionadas a sistemas especialistas e raciocínio baseado em casos e a produção de modelos de aplicação, havendo ainda a produção de artigos referentes e o estudo de uma possível implantação de tal projeto. Também foi realizado pesquisa doutrinária e jurisprudencial acerca da natureza jurídica dos conselheiros tutelares o que propiciou a produção de um artigo. Através da análise de todos os dados a serem recolhidos poderemos fazer uma avaliação concreta da possibilidade de se implantar a inteligência artificial como meio de apoio aos conselheiros para a tomada de suas decisões, agilizando a garantia aos direitos das crianças e dos adolescentes. (Fapergs/ CNPq/UNIBIC- UNISINOS)